



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 15/2018

Período: 12/05/2018 – 18/05/2018

GEDES – UNESP

- 1- Documento da CIA indicou que ex-presidente brasileiro deu aval para assassinatos durante regime militar
- 2- Militar do Exército cometeu a primeira morte por parte das Forças Armadas na intervenção do Rio de Janeiro
- 3- Falta de vigilância nas fronteiras aumentou o número de atividades ilícitas
- 4- General comentou sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro
- 5- Protótipo de submarino nuclear da Marinha deve ser concluído em 2021
- 6- Colunista comentou sobre a atuação dos militares na política
- 7- Memorando sobre Médici foi revelado pela CIA

1- Documento da CIA indicou que ex-presidente brasileiro deu aval para assassinatos durante regime militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Matias Spektor divulgou um memorando da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA, na sigla em inglês) que indica que o ex-presidente da República, general Ernesto Beckmann Geisel, autorizou a manutenção das “políticas de execução sumária” durante o regime militar (1964-1985). O documento apresentou informações sobre uma reunião entre Geisel, os generais que comandavam o Centro de Inteligência do Exército (CIE) no período – Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino –, e o então chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), João Baptista Figueiredo, na qual houve a sinalização para a manutenção dos “métodos extralegais” contra “subversivos perigosos”. Segundo o *Correio*, alguns trechos do memorando estão em sigilo, ocultando parte dos fatos. Entretanto, no dia 14/05/18, após um pedido de Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, o governo brasileiro solicitou à CIA mais informações sobre o conteúdo do documento. Em resposta à divulgação do documento, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que as Forças Armadas são um “ativo democrático” e que a divulgação do memorando não afeta seu “prestígio”. Segundo a *Folha* e *O Estado*, o ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, depreciou o impacto do memorando, afirmando que o documento “passa a ser assunto de historiadores e Justiça, se houver demanda”, mas que com a Lei da Anistia (1979), “do ponto de vista militar, este assunto está encerrado”. Segundo o presidente do Clube Militar, Gilberto Pimentel, as informações presentes no memorando são “fantasiosas”. O presidente da república, Michel Temer, afirmou não haver nenhum documento nacional que

confirme as informações presentes no memorando e que os documentos divulgados “são da CIA, uma entidade estrangeira” e não necessariamente condizentes com a verdade. Temer afirmou ainda que a autorização para a manutenção das execuções de adversários políticos “não combina com o legado do presidente, conhecido pelo empenho em promover a abertura política, a volta à democracia”. Em coluna opinativa para *O Estado*, Eliane Cantanhêde criticou a radicalização contra agentes militares após a divulgação do documento, ressaltando a afirmação do presidente Temer de que o memorando representa uma versão da CIA, com a perspectiva política dos interesses estadunidenses da época. Em contrapartida, o advogado e coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, afirmou que o documento reforça a necessidade das Forças Armadas reconhecerem a “responsabilidade institucional” pelas execuções. Por meio de nota, o Ministério Público Federal (MPF) ressaltou que o memorando apresenta uma “nova evidência de que a repressão política pela ditadura militar incluiu uma política de extermínio de opositores do regime” e defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) reavalie a Lei da Anistia “à luz do direito internacional”. Sobre o assunto, Georgete Medleg Rodrigues, historiadora e professora na Universidade de Brasília (UNB), destacou que o documento apresentou o que pesquisadores já suspeitavam e que a surpresa advém de interpretações equivocadas do período. Segundo editorial da *Folha*, o memorando apresentou evidências documentais de que as ordens para a execução de adversários políticos vinham diretamente do governo e não eram “fruto de excessos nos subterrâneos das forças de segurança”. Segundo o jornalista do *Correio* Luiz Carlos Azedo, o memorando repercutiu no Brasil e no exterior, reabrindo o debate sobre a anistia na opinião pública. O jornalista ressaltou a cobrança por parte do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias ao STF para rediscutir a anistia concedida aos agentes do regime militar. Azedo citou Dias, segundo o qual “a tortura era uma política de Estado, comandada pela Presidência, e Geisel foi coautor dos homicídios praticados”. Em coluna opinativa para *O Estado*, o colunista Luis Fernando Verissimo comentou a fala do presidente Jair Bolsonaro do Partido Social Cristão, que comparou os assassinatos cometidos durante o governo militar a “palmadas no bumbum de um filho”. Segundo Verissimo, Bolsonaro “é um apologista da tortura”, e que só mantém eleitores pois nunca houve uma retratação por parte dos militares. Segundo o jornalista da *Folha* Janio de Freitas, a revelação do memorando representou uma oportunidade aos brasileiros de reconhecerem a violência e a opressão perpetradas por gestores militares, levando a reavaliação da atual ascensão de candidatos militares e defensores da ditadura militar. Para o colunista do *Correio* Ari Cunha, o documento da CIA teria feito diferença substancial durante os julgamentos da CNV. Dos políticos que se pronunciaram aos periódicos, a advogada Rosa Cardoso, ex-coordenadora da CNV, alegou que o achado não altera as decisões importantes da Comissão, mas que realça e confirma essas decisões. Segundo o colunista da *Folha* Elio Gaspari, a política do ex-presidente Geisel autorizando as execuções foi ratificada pelos estadunidenses, os quais esperavam que essa política ficasse restrita aos “subversivos perigosos”, possibilitando o controle do governo sobre as mortes e a estabilidade de sua gestão, servindo como um molde de regime a outros países da América Latina. Em sátira jornalística à *Folha*, Renato Terra questionou o silêncio do general Villas Boas nas redes sociais após a divulgação do documento, uma vez que seu posicionamento

político através destas plataformas vem sendo recorrente. (Correio Braziliense – Política – 12/05/18; Correio Braziliense – Brasil – 13/05/18; Correio Braziliense – Opinião – 15/05/18; Correio Braziliense – Política – 15/05/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 12/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 13/05/18; Folha de S. Paulo – Primeiro Caderno – 16/05/18; Folha de S. Paulo – Ilustrada – 18/05/18; Folha de S. Paulo - Poder – 18/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 12/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 13/05/18; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto — 16/05/18; O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 17/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 18/05/18)

2- Militar do Exército cometeu a primeira morte por parte das Forças Armadas na intervenção do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, na noite do dia 12/05/18, um motociclista foi morto por um militar das Forças Armadas ao tentar furar um bloqueio do Exército na Vila Militar, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Conforme *O Estado*, o homem de 25 anos tinha passagem pela polícia e a moto teria sido roubada. Segundo a *Folha*, esta foi a primeira morte cometida por um soldado desde o início da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Os militares pertencem ao 15º regimento de Cavalaria Mecanizada do Exército e foram ouvidos na noite do dia 12/05/18 e o caso será investigado por um Inquérito Policial Militar (IPM). De acordo com o Comando Militar do Leste, "todas as providências legais cabíveis estão sendo tomadas nesse momento" e "as circunstâncias estão sendo apuradas". Segundo *O Estado*, por conta da lei que altera o Código Penal Militar sancionada pelo presidente da república, Michel Temer, o caso deve ser julgado pela Justiça Militar. De acordo com a *Folha*, o Exército, juntamente com as polícias, vem realizando operações em comunidades desde o começo do mês de maio. O jornal afirmou que os índices de violência no estado continuam altos mesmo após a intervenção. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/05/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole– 14/05/18)

3- Falta de vigilância nas fronteiras aumentou o número de atividades ilícitas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército registrou a apreensão de 826,4 kg de droga desde dezembro de 2017 no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Segundo o jornal, o município tem cerca de 700 km de fronteira com a Venezuela e 900 km com a Colômbia, "localizado em rota tradicional de entrada de drogas colombianas no país". O aeroporto da cidade não tem fiscalização da Polícia Federal e conta apenas com dois agentes da Guarda Municipal. Conforme a *Folha*, não é função das Forças Armadas a investigação do narcotráfico internacional, mas os militares vêm exercendo o poder de polícia na faixa de 150 km de fronteira. De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o aumento do fluxo de imigrantes venezuelanos e as falhas na fiscalização da fronteira no estado de Roraima ampliaram o tráfico de armas e de drogas pelas facções criminosas. Segundo o Exército, por meio da Comunicação da Brigada de Selva de Roraima, responsável pela operação de controle das rodovias que ligam o Brasil com a Guiana e a Venezuela, o controle é feito de forma intensa e nega a existência de tráfico: "todos são revistados. Estabelecemos postos de controle e bloqueio de estradas e as apreensões de armas não configuram esse acesso como 'rota' pois um dos indicadores é a apreensão de fuzis, o que não

aconteceu”. Conforme dados da Polícia Civil, do ano de 2016 para 2017 o número de armas apreendidas mais do que dobrou, passando de 69 para 176. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/05/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 14/05/18)

4- General comentou sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 16/05/18, durante painel realizado pelo Comando Militar do Sudeste (CMSE) para o debate sobre a ação das Forças Armadas contra o crime organizado e na segurança pública, o general de divisão Ricardo Rodrigues Canhaci afirmou que “falta uma Lava Jato no Brasil para enfrentar os crimes vinculados ao narcotráfico, tráfico de armas e roubo de carga”. De acordo com o jornal, Canhaci chefiou as tropas paulistas na Operação de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2015. O general também declarou que “temos de aproveitar essa onda da Lava Jato, a expertise que o Ministério Público e as polícias estão desenvolvendo na questão da lavagem de dinheiro, para fazer isso em cima das organizações criminosas”. Conforme *O Estado*, o cientista político da Universidade de São Paulo (USP) Leandro Piquet defendeu que a intervenção no estado do Rio de Janeiro pode “reorganizar o serviço de segurança”. *O Estado* também informou que o comandante do CMSE, o general de Exército Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, afirmou que “o povo que tem de resolver seus problemas pelo voto” além de tratar com descrédito as sugestões sobre um “golpe militar”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/05/18)

5- Protótipo de submarino nuclear da Marinha deve ser concluído em 2021

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o almirante André Luis Ferreira Marques, diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha, na cidade de Iperó, no estado de São Paulo, apresentou o protótipo terra do submarino nuclear, que deve ficar pronto em 2021. Conforme o periódico, o projeto nuclear da Marinha custou cerca de 10 bilhões de reais nos últimos 40 anos e deve receber mais 2,2 bilhões de reais até dezembro de 2021. Mesmo com o contingenciamento financeiro, principalmente entre 1997 e 2007, o projeto nunca foi interrompido. De acordo com *O Estado*, a versão definitiva do submarino deve ficar pronta entre 2028 e 2030. O jornal também informou que esse vai ser o segundo grande avanço do projeto nuclear da Marinha, sendo o primeiro o domínio de enriquecimento de urânio, marco inaugural da Usina Almirante Álvaro Alberto no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1988. Segundo o jornal, no dia 08/06/18, os 30 anos da Usina devem ser celebrados com a presença do presidente da República, Michel Temer, e do presidente da Argentina, Mauricio Macri, no Centro de Tecnologia da Marinha em Iperó, onde deverão ser apresentados os trabalhos do Laboratório de Geração de Energia Núcleo Elétrica (Labgene), lugar onde está sendo construído o modelo padrão do submarino. De acordo com o almirante Marques, “o Labgene tem de ficar pronto primeiro, para que possamos qualificar o projeto do submarino que será construído no complexo naval de Itaguaí”. O almirante também afirmou que todas as partes do reator nuclear já foram testadas individualmente. Conforme *O Estado*, o Brasil possui “conhecimento sensível suficiente” para produzir armas nucleares – as quais o Estado dispensou na Constituição de 1988. O Brasil possui tecnologias para o controle do processo de enriquecimento de urânio, uma tecnologia que além de prover

as necessidades dos futuros submarinos, ajuda em investigações científicas que usam isótopos de urânio, como na medicina e em usinas geradoras de energia. O jornal afirmou que provavelmente esse seja o único projeto nuclear no mundo realizado pelas Forças Armadas e sujeito a inspeções de agências civis, como a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), de Viena, e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/05/18)

6- Colunista comentou sobre a atuação dos militares na política

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o colunista Matias Spektor afirmou que “a memória histórica sobre a ditadura militar continua sendo contestada” e que o Brasil é a “única nação sul-americana onde os regimes autoritários da segunda metade do século passado continuam sendo tema quente de campanha eleitoral”. Segundo Spektor isso acontece por dois motivos: a falta de informação sobre o que ocorreu durante o regime militar (1964-1985), que deixa os brasileiros “à mercê de evidência empírica estrangeira para contar a história mais completa” e a volta dos militares à política, tanto através da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, quanto pelas candidaturas para o Legislativo e Executivo. Para Spektor, os militares “contam com espaço fértil para crescer porque a deterioração desses 30 anos de Nova República tem levado muitos eleitores — inclusive jovens — a olhar com saudosismo para um passado imaginado”. Por outro lado, destacou que há também aqueles que se lembram de “um passado cheio de incompetência, desordem e corrupção, além da prática corriqueira de tortura, assassinatos e execuções sumárias”. Spektor afirmou que, na última semana, sua experiência pessoal mais rica foi o contato com militares que o procuraram para comentar sobre o memorando da agência de inteligência estadunidense sobre o governo Geisel, por ele revelado. Segundo o colunista, estes militares lhe disseram que “finalmente, depois de tantos anos, o Brasil tem condições de olhar para seu passado de cabeça erguida”. Para Spektor, quanto mais os militares entrarem na política, “mais difícil será jogar a sujeira para debaixo do tapete. Mais impossível será impedir que a sociedade questione”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 17/05/18)

7- Memorando sobre Médici foi revelado pela CIA

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, um memorando escrito em 11/02/1971 pelo assessor do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA), Arnold Nachmanoff, mostrou que o governo estadunidense acreditava que o ex-presidente da República do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, tinha “consciência da extensão da violência usada pelas forças de segurança brasileiras”. O memorando faz parte dos documentos da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA, na sigla em inglês) que se tornaram públicos em 2016 e 2017. De acordo com o jornal, no documento afirmou-se que os instintos de Médici pareciam moderados e que o ex-presidente “teve um papel pessoal em desarmar a polêmica sobre a tortura”. Segundo o periódico, o documento indicava também as denúncias do então cardeal-arcebispo da cidade de São Paulo, Dom Frei Paulo Evaristo Arns, sobre torturas sofridas por padres e freiras, que levaram a “uma confrontação entre a igreja e o governo”. Segundo *O Estado*, havia uma preocupação por parte do secretário de Estado dos EUA, William P. Rogers, com a visita de Médici aos Estados Unidos e a vinculação da imagem dos dois presidentes à tortura. Em 05/03/71,

outro relatório da CIA, de título “Brasil sob Medici”, enunciava que as forças de segurança “declararam guerra aos terroristas e estão empenhadas em extirpá-los” e “isso explica o tratamento cruel a qualquer suspeito de ligação com o terrorismo [...] A tortura é largamente usada para obter informações. Em vários casos, espancamentos e torturas têm provocado mortos sob interrogatórios”. (O Estado de S. Paulo – Política – 17/05/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).